

APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS E TRANSPARÊNCIA EM ESCOLAS ESTADUAIS DO ESPÍRITO SANTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

PUBLIC RESOURCES APPLICATION FEDERAL AND TRANSPARENCY IN STATE SCHOOLS HOLY SPIRIT UNDER THE DIRECT MONEY IN SCHOOL PROGRAM - PDDE

Fábia Gonçalves Manso Viana

Gabriel Moreira Campo

Universidade Federal do Espírito Santo- UFES- Brasil

RESUMO

Esta pesquisa trata do desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em duas escolas estaduais do estado do Espírito Santo, considerando suas diretrizes e segundo o atendimento das demandas de seu público alvo. A primeira escola pesquisada foi a Escola 1 (nome hipotético) e a segunda a Escola 2 (nome hipotético). Fez-se o levantamento da prestação de contas, demonstrado a aplicação dos recursos repassados pelo governo federal através do PDDE e a visualização dos bens adquiridos. Os resultados indicam que os recursos destinados ao programa tiveram boa aceitação uma vez que auxiliam a escola na sua manutenção, custeio, infraestrutura física e pedagógica e no reforço da autogestão escolar nos planos financeiros, administrativos e didáticos, elevando os índices de desempenho da educação básica. Conclui-se que, os recursos repassados através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação através do PDDE e administrados pelas escolas têm um impacto muito pequeno em comparação com o custo aluno. Isso significa que, os recursos repassados não são suficientes para a manutenção das escolas e as mesmas, por sua vez, têm a real necessidade de criar alternativas de financiamento para a captação de recursos em outras fontes junto à comunidade.

Palavras-Chave: Contabilidade; Recursos públicos; Transparência.

APPLICATION OF FEDERAL PUBLIC RESOURCES AND TRANSPARENCY IN SCHOOLS IN THE ESPÍRITO SANTO UNDER THE PROGRAM RESOURCE DIRECT IN SCHOOL

ABSTRACT

This research deals with the performance of the Program Direct Resource in School in two state schools in the state of Espírito Santo, considering its guidelines and according to meet the demands of your target audience. The first school was searched School 1 (hypothetical name) and the second the School 2 (hypothetical name). A survey about accountability, demonstrated the application of funds transferred by the federal government through the program and the display of goods purchased. The results indicate that the resources allocated to the program accepted well as help the school in its maintenance, cost, physical and educational infrastructure and strengthening school self-management in the financial, administrative and educational plans, raising the performance levels of basic education . In

conclusion, the funds transferred through the National Fund for Education Development through the program and administered by schools have a very small impact compared to the cost student. This means that the transferred resources are not sufficient for the maintenance of schools and they, in turn, have a real need to create alternative financing to raise funds from other sources in the community.

Keywords: Accountancy; public resources; accountability.

1 Introdução

O Brasil e quase toda a América Latina desde o final dos anos 80 passou por significativas mudanças na educação. Por conta disso, no Brasil, houve uma mudança nos padrões de financiamento e/ou gestão financeira da educação e, é neste contexto que o PDDE, veio concretizar antigas discussões em defesa da escola como um espaço de políticas educativas.

De acordo com o processo de descentralização que passou a ser uma alternativa para os problemas de gestão do sistema de ensino, delegou-se responsabilidade sobre esses problemas às próprias escolas e municípios. Sobre o PDDE, afirma-se

[...] é um programa que [...] privilegia a ponta, privilegia a escola, a administração da escola, no sentido de garantir a certa hora recursos mínimos, não só para fazer frente à necessidade imediata, mas permitir que cada escola possa construir um paralelo e dentro da sua linha pedagógica, dar alternativa e complementar essa atividade educacional propriamente dita [...] (MESSEMBERG 1999).

O PDDE foi criado em 1995 pela União e repassa os recursos federais com o objetivo principal: prestar assistência financeira, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Consiste na destinação anual, pelo FNDE, de recursos financeiros a escolas que possuam alunos matriculados na educação básica, com o intuito de contribuir para a garantia de seu funcionamento e melhoria na infraestrutura, além de incentivar a autogestão e a participação da comunidade no controle social. No mesmo ano, o FNDE elaborou manual com orientações para a implantação do programa nos Estados e municípios. O documento afirma o papel de coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, enfatizando que o órgão deve atuar mais no sentido da descentralização para o alcance direto da escola (FNDE, 1995).

Este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: Qual o desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE na Escola 1 e na Escola 2, situadas no município de Castelo – ES? O objetivo geral deste trabalho é verificar através de dados coletados nas escolas objeto da pesquisa, o desempenho do PDDE.

Como objetivos específicos têm-se: levantar a prestação de contas das escolas analisadas no ano de 2012, demonstrar a aplicação desses recursos públicos via PDDE e comparar o seu desempenho em atendimento a demandas.

A pesquisa considera as diretrizes do PDDE e o atendimento às demandas de seu público-alvo, descrevendo se estes recursos estão sendo suficientes para a manutenção da escola (custo-aluno), ou tem havido uma real necessidade de outras fontes de recursos; além de mostrar como essas escolas aplicam e prestam contas desses recursos financeiros aos órgãos competentes de fiscalização, visando melhorarem sua infraestrutura física e pedagógica e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

Busca-se contribuir para a elevação dos índices de desempenho da educação básica, além de fornecer aos gestores, conselheiros e todos que utilizam tais recursos, meios para participação coletiva nas finanças públicas junto aos Estabelecimentos de Ensino.

2 Referencial teórico

2.1 A educação brasileira

Há no mundo hoje, uma nova concepção do papel da sociedade na educação, tornando cada vez mais necessário a agilidade de raciocínio mental e formal. Diante desse cenário, os países com populações instruídas levam vantagem em comparação aqueles com baixo nível de escolaridade.

Segundo trajetórias históricas, nos países de primeiro mundo os problemas educacionais já são equacionados, enquanto que nos países subdesenvolvidos os fatores políticos e modelos de desenvolvimento interferem em seus sistemas educacionais. No Brasil, o ensino básico sempre foi considerado um desastre nacional, motivo este, para justificar as políticas públicas de investimento e financiamento da educação.

Dessa forma, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, veio contribuir para um avanço no sistema de educação de nosso país, tornando a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a

formação do cidadão. Nesse sentido, a educação possibilita a mudança na vida das pessoas e faz com que a sociedade se desenvolva e se transforme.

Segundo Fasheh (1999) “Aprender a ler e a escrever pode ajudar uma pessoa a ser livre.” De acordo com o Censo Escolar de 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, observa-se uma queda no índice de analfabetismo em nosso país nos últimos dez anos (2000 a 2010). Em 2000, o número de analfabetos correspondia a 13,63% da população (15 anos ou mais de idade).

Esse índice caiu para 9,6% em 2010. Ou seja, um avanço, para a erradicação do analfabetismo no Brasil, embora haja muito ainda a ser feito. Outro dado importante mostra que, em 2006, 97% das crianças de sete a quatorze anos frequentavam a escola.

E, esta queda no índice de analfabetismo deve-se, principalmente, aos maiores investimentos feitos em educação no Brasil nos últimos anos. Governos municipais, estaduais e federais têm dedicado uma atenção maior a esta área. Na área educacional, a implementação dessas definições é consensual e o aumento dos recursos investidos em educação ganha respaldo na proposição

[...] de ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições). (Brasil/MEC, 2010, p. 110)

Dessa forma, programas como o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, tem ajudado milhares de crianças a ingressarem nas escolas. Outros programas de Incentivo à Educação também tem favorecido este avanço educacional. A queda no índice de repetência escolar é outro dado importante que tem diminuído nos últimos anos. Este quadro tem mudado com reformas no sistema de ensino, valorizando mais o aluno e dando oportunidades de recuperação.

E, uma forma alternativa de minimizar os problemas educacionais e melhorar o desempenho da educação brasileira o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) tem investido e financiado programas de incentivo à Educação.

Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao

trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (Pinto, 2000, p. 37).

2.2 Indicadores de desempenho

O indicador de desempenho representa algo necessário para a rotina de gerenciamento da instituição, bem como dos processos individualmente desenvolvidos. De acordo com Moreira (1996), um sistema de medição de desempenho envolve a instituição como um todo, desde as suas partições (divisões, departamento, seção, etc.), bem como os seus processos e as suas atividades, que reflete as informações necessárias e reais no que tange certas características do desempenho para cada nível da empresa.

Para Corrêa e Corrêa (2009), indicadores de desempenho têm como objetivo quantificar o desempenho das organizações. Os modelos tradicionais eram fortemente orientados pela visão financeira das empresas e atualmente a dimensão não deve ser única, e sim balanceada entre diferentes aspectos.

Camargo (2000), afirma que os indicadores precisam externar credibilidade e, para tanto, devem ser gerados de forma criteriosa, assegurando a disponibilidade dos dados e resultados mais relevantes no menor tempo possível e ao menor custo.

Takashina e Flores (1996) salientam que é importante que indicador atenda a vários parâmetros, os autores destacam simplicidade e clareza, abrangência, rastreabilidade e acessibilidade, comparabilidade, estabilidade e rapidez de disponibilidade, bem como baixo custo de obtenção. A avaliação de desempenho permitirá que os gestores distribuam melhor seus recursos, delegando autoridade e visualizando falhas e pontos de melhoria nos processos, além de avaliarem se as atividades realizadas estão na direção certa.

O elevado grau de complexidade na gestão pública tem exigido ferramentas para gerenciar e medir o seu desempenho sendo que os gestores devem acompanhar esse desempenho a fim de se atender as exigências da sociedade de forma rápida, eficiente e satisfatória.

O desafio de controlar os gastos públicos despertou a necessidade de reavaliação no sistema de medição dos valores repassados pelo Governo Federal às unidades executoras,

fornecendo informações para que os gestores possam acompanhar a dinâmica de todo o processo.

A atuação do serviço público tende a ficar mais parecida com as instituições privadas, no sentido de ter compromisso com resultados e responsabilidade e, partindo da premissa de que são exigidas ferramentas adequadas para gerenciar e medir o seu desempenho é apresentado neste trabalho um modelo de avaliação de desempenho que muito tem se destacado no aspecto educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, lançado em 2007, pelo Ministério da Educação, é um indicador que relaciona rendimento escolar (aprovação) e desempenho em exames padronizados, sendo um instrumento importante para o cumprimento das metas fixadas no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar anual. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

A forma geral do Ideb é dada por:

$N_{ji} P_{ji} = IDEB_{ji}$ em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

Esse indicador permite aferir dois objetivos essenciais da política educacional: a contenção do abandono escolar e a garantia da aprendizagem efetiva. O Ideb dá condições de se compreender no cumprimento ao dispositivo constitucional a necessidade da qualidade na educação, portanto, torna-se um instrumento de efetividade das políticas educacionais.

A meta nacional norteia o cálculo das trajetórias do Ideb para o Brasil, unidades da Federação, municípios e escolas, a partir do esforço em cada esfera para que o País atinja a média almejada no período definido. As metas intermediárias do Ideb, com início em 2007, foram calculadas nos âmbitos nacional, estadual, municipal e para cada escola, a cada dois anos. A meta para o País é chegar à média 6,0 em 2021, e cada sistema evolui progressivamente partindo de pontos distintos, o que permite considerar as desigualdades regionais e locais existentes no País.

2.3 Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

O PDDE um programa federal implantado em 1995, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), constituindo-se num dos programas de financiamento mais importantes. De acordo com o FNDE Resolução nº 17, Cap. I e artº 1º de 19 de abril de 2011, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste:

[...] na destinação anual, pelo FNDE, de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das escolas beneficiárias que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social. (FNDE, 2011)

O PDDE presta assistência financeira, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Entretanto, até 2008 o programa apenas contemplava as escolas públicas de ensino fundamental, mas, com a medida provisória nº 455, transformada em Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o programa foi ampliado a toda educação básica, abrangendo tanto as escolas de ensino médio como também as de educação infantil. Este ganho é de suma importância para as escolas, Peroni e Adrião (2006, p. 335) mencionam em sua pesquisa que

[...] dentre as vantagens apresentadas, boa parte dos entrevistados afirma que o PDDE permitiu maior participação e democratização da gestão da escola. Fala-se de transparência, de autonomia, de compromisso, de maior poder de decisão. Outro aspecto destacado diz respeito ao gerenciamento dos recursos, isto é, ao fato de que o repasse do dinheiro é feito diretamente para a escola e à liberdade que esta tem para elencar suas prioridades e definir seu plano de aplicação de recursos a partir dessas prioridades, implicando também a solução dos problemas mais imediatos.

O recebimento do PDDE pelas escolas segundo Peroni e Adrião (2006) apresenta dois aspectos favoráveis, sendo o primeiro que o dinheiro é repassado diretamente à escola, o que dá aos gestores liberdade para priorizar e definir seu plano de aplicação destes recursos. O segundo aspecto é concerne à melhoria das condições de manutenção, dos equipamentos e de funcionamento das escolas.

2.4 Repasses de recursos federais

O PDDE consiste na transferência de recurso financeiro anual, via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o qual disponibiliza os recursos financeiros diretamente a estas escolas, sendo feito em uma única parcela com o objetivo de contribuir para melhoria e manutenção da infraestrutura pedagógica e física dos estabelecimentos de ensino. Conforme o art. 70 da Resolução 03/97, os recursos serão liberados diretamente às unidades executoras.

De acordo com o manual de orientação a Unidade Executora tem como função administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, advindos da comunidade, de entidades privadas e provenientes da promoção de campanhas escolares, bem como fomentar atividades pedagógicas da escola. (BRASIL, 1997b, p. 11).

E, para que este repasse seja feito, faz-se necessário que a escola esteja em atividade, possua o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Física) para que se constituam em órgãos deliberativos com poderes de compra, tomada de preços e prestação de contas de acordo com a situação, além disso, devem possuir conta bancária, dispor de unidade executora (UEX) e a matrícula de todos os alunos devem estar efetivados na escola, de acordo com o código do aluno no INEP – (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa).

O referido programa ocupa papel estratégico nas escolas, redirecionando espaços de participação como os conselhos de escola ou unidades executoras (UEX).

Conforme a Legislação do FNDE, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução nº 17, Cap. VII e artº 11 de 19 de abril de 2011, constituem-se condição para efetivação dos repasses dos recursos financeiros as escolas, o termo de adesão e o Cadastro da Unidade Executora Própria.

A formalização dos procedimentos de adesão e habilitação deve observar aspectos como: atualização de dados cadastrais das Unidades Executoras diretamente no sistema PDDE web ou, na impossibilidade, apresentar o formulário de anexo preenchido e assinado às secretarias estaduais para que atualizem os dados. Concluídos os procedimentos de adesão e de habilitação e, finalizada a abertura de uma conta corrente em bancos oficiais, conforme relação divulgada no site www.fnde.gov.br, o FNDE providenciará os correspondentes repasses.

Esses repasses de recursos públicos federais são feitos através do governo federal às escolas de acordo com o cálculo do número de alunos matriculados e informados no Censo Escolar, tendo como data base o mês de Maio do ano anterior ao repasse do recurso financeiro. E destinam-se a beneficiar as escolas na aquisição de material permanente; na realização de pequenos reparos voltados à manutenção, conservação e melhoria do prédio da unidade escolar; na aquisição de material de consumo; na avaliação da aprendizagem; na implementação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educacionais. (FNDE, 2011).

A esse respeito Oliveira, Fonseca e Toschi (2004b, p. 40) afirmam que nesse processo, a escola é considerada a responsável pela melhoria da qualidade de ensino, e o projeto visa modernizar a gestão e fortalecer a autonomia da escola, segundo um processo de planejamento estratégico coordenado pela liderança da escola e elaborado de maneira participativa.

Entretanto, é vedada aplicação dos recursos do PDDE em: gastos com pessoal; financiamento de outras ações do FNDE; pagamento de pessoal; cobertura de despesas com tarifas bancárias; dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais.

2.5 Unidades executoras (UEx)

A partir de 1997 o PDDE exigiu como uma condição de repasse de recursos financeiros às escolas estaduais a constituição de uma Unidade Executora, “uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas” (BRASIL, 2009, p. 3).

Trata-se de uma associação organizada e composta por representantes do Conselho Escolar, representado por cada segmento da Escola: o segmento de pais, comunidade, alunos, funcionários e professores a partir, de uma eleição denominada Eleição do Conselho de Escola, composta por membros de cada segmento que se candidatam para representar cada segmento.

Importante ressaltar que, essas unidades executoras são espaços públicos responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos recebido através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) capazes de contribuir para melhoria da escola, bem como discutir e responder aos questionamentos e interesses coletivos.

Tais unidades também influenciam no processo de democratização da gestão participativa, uma vez que o mesmo é fiscalizador, consultivo e deliberativo, tornando-se forte sua participação na tomada de decisões junto à gestão escolar.

2.6 Procedimentos para a Aplicação dos Recursos e Prestação de Contas

O presidente do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o propósito de sistematizar, disciplinar e padronizar os procedimentos administrativos no processo de aplicação dos recursos financeiros resolve:

Estabelecer os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEX) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades Mantenedoras (EM), de que trata o inciso I, § 2º, do art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. (FNDE, 2011)

Para a aquisição de materiais e bens e/ou contratações de serviços efetuados com o repasse do PDDE as escolas estaduais do município de Castelo – ES adotam a pesquisa de preço e abrangem o maior número de fornecedores e prestadores de serviço do ramo do bem a ser adquirido ou contratado.

A pesquisa de preço tem por escopo a competitividade que evita exigências por parte dos prestadores de serviços, no entanto, ela é realizada através das Unidades Executoras (UEX) que em reunião com os membros e/ou representantes do colegiado escolar selecionam os materiais e bens a serem adquiridos e/ou contratados para suprir as necessidades primárias da escola de acordo com a finalidade do programa, e registram em ata todos os produtos e/ou serviços escolhidos, sendo obrigatório a avaliação de no mínimo 03 (três orçamentos) para evitar favorecimentos.

Quando as pesquisas de preços não são realizadas por no mínimo 03 (três) orçamentos, deverá haver uma justificativa para comprovar a inviabilidade do que é exigido. E no caso de empate entre propostas, a escolha se dará mediante sorteio público entre os proponentes com a presença de, pelo menos 03 (três) membros do conselho de Escola.

A ata com a realização da pesquisa de preço dos produtos e/ou serviços escolhidos é fixada em local de fácil acesso no Estabelecimento de Ensino para que a comunidade escolar possa ter acesso e visibilidade e que possa ser divulgado o que está sendo realizado com os recursos do PDDE.

Após a realização de todos esses procedimentos é lavrado em ata os critérios de escolha como a proposta mais vantajosa e a oferta com preços compatíveis de mercado e com prazos e condições de entrega ou execução que atendam às necessidades dos estabelecimentos de ensino, atendendo ao princípio da tempestividade.

As Unidades Executoras encaminham a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos com todos os documentos probatórios das aquisições de materiais e bens e/ou prestação de serviços à Secretaria Estadual de Educação sempre até a data de 31 de dezembro do ano do repasse do recurso, da qual analisam e arquivam toda essa documentação, consolidando e emitindo o parecer de aprovação sobre as prestações de contas.

E para finalizar a análise, a Prestação de Contas mostra-se relevante para a pesquisa, tendo em vista ser um ponto fundamental para evidenciar a transparência nos recursos públicos oriundos do PDDE.

3 Metodologia

Este estudo objetiva analisar o desempenho do PDDE e o seu desempenho nas Escolas 1 e 2, situadas no município de Castelo – ES, através do exame da prestação de contas públicas. O escopo deste trabalho está centrado na estratégia de pesquisa qualitativa, junto aos processos de análise de prestação de contas. O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. (OLIVEIRA, 2002).

Neves (1996), explica que a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo do seu desenvolvimento. Para o autor, tal método não busca enumerar ou medir eventos, e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para a análise de dados, seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Ludke e André (1986), afirmam que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram à pesquisa bibliográfica e documental, diante da acessibilidade de dados representativos advindos de artigos, dissertações e teses, que

caracterizam o referido ambiente de pesquisa. De acordo com Gil (2006), esse método tem por objetivo reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero.

A trajetória metodológica divide-se em três fases: A primeira “fundamentação teórica” onde são abordados os temas relacionados ao assunto pesquisado.

Segunda fase, a “análise dos resultados”, fazendo-se um breve histórico do PDDE, seguindo da apresentação do real desempenho do programa, que foi levantado por meio de verificação *in loco* e entrevista com os diretores, professores, funcionários e alunos sobre o desempenho do PDDE nas escolas.

O período de análise dos dados compreende o ano de 2013, sendo seu desempenho verificado com base nos indicadores e metas pactuados por meio do governo federal e às escolas, através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Na terceira e última fase apresenta-se um estudos dos resultados alcançados com o programa e a insatisfação por parte dos gestores, professores, funcionários e alunos quanto à limitação dos recursos empregados na área educacional.

4 Análise dos resultados

Tabela 01 - Caracterização das Instituições/Escolas pesquisadas

Instituição/Escola	Nº de turmas	Nº de salas de aula	Nº de alunos
Escola 1	51	27	1.173
Escola 2	23	14	671

Fonte: Censo Escolar 2012

A educação brasileira avançou no sistema público de ensino através de investimentos e financiamentos nos programas de incentivo à Educação, minimizando os problemas educacionais e melhorando seu desempenho.

E, um desses programas de incentivo à Educação diz respeito ao PDDE, objeto da pesquisa e, tem por objetivo, prestar assistência financeira, às escolas públicas de educação básica, contribuindo para a garantia de seu funcionamento e melhoria na infraestrutura.

Dessa forma, as Escolas, ao final de cada ano, reúnem seus conselhos de escola para definir as metas e elaborar o plano de aplicação da verba para o ano seguinte.

Tabela 02 – Síntese da Execução da Receita e da Despesa (R\$) por Instituição/Escola

Instituição/ Escola	Total da Verba	Valor total da receita		Valor total da despesa		Saldo para o Exercício Seguinte	
		Custeio	Capital	Custeio	Capital	Custeio	Capital
Escola 1	37.534,57	22.173,33	15.361,24	22.019,62	15.301,38	153,71	59,86
Escola 2	18.247,51	14.560,01	3.687,50	14.520,05	3.680,00	39,96	7,50

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com levantamento feito em cada escola, através da verificação do acervo documental da verba federal, a Tabela 2 demonstra que a Escola 1 obteve um valor total das receitas de R\$ 37.533,57, sendo que desse valor R\$ 22.173,33 foram para custeio e R\$ 15.361,24 para capital. A Escola 2 obteve um valor total de receitas no valor de R\$ 18.247,51 sendo R\$ 14.560,01 para custeio e R\$ 3.687,50 para capital.

Os bens de custeio segundo o manual de orientações do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola incluem: material de expediente, elétrico, hidráulico, esportivo, hospitalar, higiene e limpeza, dentre outros, enquanto que os bens de capital são os bens permanentes para escola como: computadores, data show, impressoras, aparelhos de Dvds, microfones, condicionador de ar, bebedouro, etc.

A Escola 1 e a Escola 2, mediante seus Conselhos de Escola, optaram por adquirir os seguintes bens/materiais ou serviços para atender as suas necessidades imediatas, conforme a Tabela 3, a seguir.

Tabela 03 – Especificação de Bens e Materiais Adquiridos ou Serviços Contratados

Item	Bens e Materiais Adquiridos ou Serviços Contratados	Natureza Despesa	Escola 1	Escola 2
			Valor (R\$)	Valor (R\$)
01	Caixa amplificada/Microfones	Capital	1.690,00	-----
02	Condicionador de ar	Capital	3.180,00	1.350,00
03	Computadores/HD Externo	Capital	2.380,00	2.100,00
04	Bebedouro	Capital	4.760,00	-----
05	Material Elétrico	Custeio	2.000,00	990,00

Aplicação de recursos públicos federais e transparência em escolas estaduais do Espírito Santo no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
Fábia Gonçalves Manso Viana e Gabriel Moreira Campo

06	Material Esportivo	Custeio	2.000,00	1.500,00
07	Microsystem	Capital	560,00	230,00
08	Material Hospitalar	Custeio	539,75	470,00
09	Material Hidráulico	Custeio	1.580,00	1.045,05
10	Material de Higiene e Limpeza	Custeio	2.000,00	1.300,00
11	Serviços Gráficos	Custeio	1.500,00	415,00
12	Vidraçaria	Custeio	980,00	-----
13	Tripé para filmadora	Capital	990,00	-----
14	Adaptação Tátil do Espaço Físico	Custeio	7.200,00	5.300,00
15	Bebedouro acessível (exclusivos para deficientes físicos)	Capital	1.741,38	-----
16	Material Pedagógico/artísticos	Custeio	1.912,27	1.500,00
17	Material de Expediente	Custeio	2.307,60	2.000,00
TOTAL			37.321,00	18.200,05

Fonte: Dados da Pesquisa

Definida toda a estratégia para o plano de aplicação da verba, as escolas elaboraram a licitação ou cotação de preços que de acordo com o manual de orientações do PDDE, faz-se necessário a cotação de preços em 03 (três) estabelecimentos comerciais para evitar as exigências por parte dos prestadores de serviços.

Cada estabelecimento apresentou sua proposta e as Unidades Executoras (UEx) em reunião com os membros e/ou representantes do colegiado escolar selecionaram os materiais e bens a serem adquiridos e/ou contratados para suprir as necessidades primárias da escola. Selecionados os materiais e bens a serem adquiridos e/ou contratados, cada escola fez a aquisição da mercadoria mediante notas fiscais dos produtos/serviços.

O próximo passo foi fazer toda a prestação de contas da verba e, junto com cada nota fiscal de aquisição de produto/serviços também teve que ser anexado à ata de reunião do conselho de escola que optou e aprovou a compra do produto/serviço, os orçamentos, a consolidação de pesquisa, a validação da NFE (Nota Fiscal Eletrônica), os carimbos, assinaturas e todas as cópias de cheque.

Finalmente as Unidades Executoras encaminharam a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos com todos os documentos probatórios das aquisições de materiais e bens e/ou prestação de serviços à Secretaria Estadual de Educação da qual analisaram e arquivaram toda a documentação, consolidando e emitindo o parecer de aprovação sobre as prestações de contas.

No entanto, uma das dificuldades enfrentadas durante o período de execução do plano de aplicação da verba, oriundos do PDDE foram que as escolas necessitavam adquirir mais materiais, equipamentos, bens e serviços para atender as suas reais necessidades. Os recursos repassados através do FNDE, não foram suficientes para atender a demanda de seu público alvo.

A pesquisa mostrou que um dos desafios para uma educação de qualidade da Escola 1 e da Escola 2 diz respeito vários fatores como: garantia de instalações como mínimo de qualidade, ambiente escolar adequado para prática de ensino, lazer e recreação, espaço físico suficiente para práticas desportivas, culturais e reunião com a comunidade.

Além disso, equipamentos em condições de uso, biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, acervo, estudo e pesquisas, laboratórios de informática em condições de uso, serviço de apoio pedagógico, atendimento especializado a portadores de necessidades especiais e, um ambiente escolar dotado de segurança para todos, contribuindo para a paz nas escolas.

No entanto, com base nesses referenciais, a análise dos dados revelou que os gestores das escolas pesquisadas tiveram que buscar durante todo o ano de 2013, junto à comunidade escolar e aos órgãos governamentais outras fontes de recursos financeiros para atender em parte as reais necessidades das escolas.

O critério do custo-aluno, usado pelos órgãos federais, não é adequado para assegurar as condições mínimas para um ensino de qualidade, ou seja, os indicadores da meta mostram que ainda falta muito para que essas escolas pesquisadas, bem como toda educação brasileira alcance um nível satisfatório no ensino público.

5 Conclusões e sugestões para futuros trabalhos

O objetivo geral desse trabalho foi verificar através de dados coletados de amostra de duas escolas estaduais do município de Castelo no Espírito Santo, o desempenho do programa PDDE, descrevendo se estes recursos foram suficientes para a manutenção da escola (custo-

aluno), ou houve real necessidade de outras fontes de recursos; visando melhora na sua infraestrutura física e pedagógica e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

Verificou-se que, embora os recursos repassados através do PDDE contribuem para melhora na educação, o programa é falho uma vez que se limita quanto à sua destinação de beneficiar as escolas na aquisição de material permanente; na realização de pequenos reparos voltados à manutenção, conservação e melhoria do prédio da unidade escolar; na aquisição de material de consumo; na avaliação da aprendizagem; na implementação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educacionais.

Pode-se concluir, com base na pesquisa que, é necessário avançar no debate acerca do custo-aluno e na redistribuição de recursos governamentais para que a Educação no Brasil possa avançar em qualidade, igualdade e oportunidade, uma vez que as dimensões do Brasil. Suas diferenças sócio econômico culturais exigem uma definição de um padrão mínimo de qualidade para garantir a todos as condições igualdade na oferta de ensino.

O desafio proposto pela meta indica que ainda é grande a perspectiva de uma educação de qualidade no que diz respeito à real necessidade dessas escolas, sendo necessário o comprometimento dos órgãos governamentais e entes federados para elevar o financiamento do ensino, ampliando os valores mínimos definidos, destinando-lhe mais recursos e realizando melhorias na qualidade do ensino, além de ações, programas e políticas de investimentos e financiamentos voltados à Educação, com o objetivo de acompanhar, propor e formular ações e medidas, para a solução dos desafios e problemas da educação nacional.

Enfim a análise dos dados da pesquisa nos permite indicar novos estudos acerca de quais são as reais necessidades das escolas públicas nos estados e municípios; de que forma os entes federativos podem elevar os investimentos e financiamento da educação básica e como pode ser feito o repasse de mais recursos financeiros pelo FNDE para suprir as necessidades das escolas públicas.

REFERÊNCIAS:

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (2007) Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. *Educação e Sociedade* (jan./abr.), Campinas, 28 (98), p.253-267.

BRASIL. (1995). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Conselho Deliberativo. Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995. Brasília, DF. FNDE.

BRASIL. (1995) Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995. Brasília, DF. FNDE.

BRASIL. (2009) Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Manual de orientação para constituição de Unidade Executora. Brasília, DF. FNDE.

BRASIL. (2011) Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Manual do Programa Escola Acessível. Brasília, DF. FNDE.

BRASIL. (1995) Medida Provisória no. 1784/98, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL. (1995) Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: MARE.

BRASIL. (1995 a). Ministério da Educação. Manual de Procedimentos operacionais relativos às transferências de recursos as escolas das redes estaduais e municipais de ensino fundamental. Brasília.

BRASIL. (2010). Ministério da Educação e Cultura. Brasília.

CAMARGO, L. L. (2000). Uso de indicadores da qualidade para o gerenciamento estratégico de empresas do ramo comercial. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORREA, H. L.; CORREA, C. A. (2009). Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas.

FASHEH, Munir. (1999) Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos? Tradução de Timothy Ireland. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação nº 26, p. 157-169. São Paulo. ANPED.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F.(Org.). (2004b) Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: UCG. p. 35-53.

GIL, Antonio Carlos. (2006) Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo. Atlas.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. (1986) Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU.

MESSEMBERG, Mônica. (1999) Palestra proferida na reunião extraordinária da Comissão de Educação e Cultura. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco.

MOREIRA, D. (1996) Administração de Produção e Operações. São Paulo: Pioneira.

NEVES, J. L. (1996) Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração* (2o sem). 1(3).

OLIVEIRA, C. L. (2002). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Alagoas: UFAL.

PERONI, Vera M. Vidal e ADRIÃO, Theresa. (2006). Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação. Editora.

PINTO, Álvaro Vieira. (2000) Sete lições sobre educação de adultos. 11 Edição. São Paulo. Cortez.

PINTO, Álvaro Vieira. (2006) Sete lições sobre educação de adultos. 11 Edição. São Paulo. Cortez.

TAKASHINA, N. T.; FLORES, M. C. (1996) Indicadores da qualidade e do desempenho. Rio de Janeiro: Qualitymark.

TEIXEIRA, Anísio. (2010) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Brasília.